



Interpelação escrita

Como é que o Governo vai aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização dos trabalhadores não residentes?

Há dias, a Polícia de Segurança Pública (PSP) procedeu ao acompanhamento da situação de contratação de trabalhadores não residentes (TNR) num estabelecimento de comidas na Taipa e detectou que, desde 2020, o referido estabelecimento tinha contratado doze não residentes, mas que estes nunca tinham aparecido no estabelecimento. Na inquirição que se seguiu, um trabalhador não residente reconheceu que, na sequência da obtenção com sucesso do “blue card”, adquiriu qualificação para permanecer em Macau, mas nunca trabalhou no referido estabelecimento, tendo antes passado a trabalhar como auxiliar de alguém, ajudando esse alguém a cuidar dos seus filhos; e um empregador confessou a prática de ilegalidade, alegando ter reservado doze quotas de importação de trabalhadores através de falsas contratações.

A investigação ainda não terminou, mas a existência de ilegalidades é evidente, e a sociedade tem dúvidas sobre a existência de deficiências no mecanismo de fiscalização dos trabalhadores não residentes. O caso foi detectado, por acaso, pela PSP, mas a DSAL nunca tinha tido conhecimento dessas ilegalidades. Este caso é apenas uma ponta do icebergue, portanto, a DSAL deve ser mais rigorosa na apreciação dos pedidos de importação de trabalhadores e na renovação dos respectivos contratos, e reforçar o rigor da fiscalização.

Mais, nestes últimos anos, a taxa de desemprego dos residentes bateu recordes, mas o número de trabalhadores não residentes continua a ser elevado. O referido caso demonstra que fenómenos tais como abusos na contratação de não residentes e de não residentes a exercer funções fora do âmbito ou fora do local autorizado nunca pararam, e que a fiscalização por parte da DSAL foi insuficiente. Em Macau existem



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

muitos trabalhadores não residentes, e é difícil para o Governo deslocar-se a todas as lojas para averiguar cada trabalhador não residente, no entanto, com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores locais e a assegurar a razoabilidade da apreciação dos pedidos de importação de trabalhadores, o Governo deve aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo a DSAL, esta tem mantido estreita cooperação com o Fundo de Segurança Social, a Direcção dos Serviços de Finanças e a PSP, e recorreu ao mecanismo de troca de informações para apoiar a revisão e a verificação das relações laborais, bem como à fiscalização da utilização dos trabalhadores não residentes autorizados por parte dos empregadores. Na realidade, as ilegalidades continuam a disparar, o que leva as pessoas a duvidar da eficácia do referido mecanismo de fiscalização. O Governo vai rever o mecanismo com base nos resultados alcançados? Como é que o Governo vai aperfeiçoar o referido mecanismo de fiscalização?
2. Segundo a DSAL, esta recorreu a medidas administrativas para ficar a par da situação de contratação de trabalhadores não residentes, incluindo averiguações por amostragem e visitas *in loco*. Quais foram os resultados alcançados? Que tipos de ilegalidades foram detectadas pela DSAL? Foram impostas sanções, com vista a fazer surtir os devidos efeitos dissuasores?

08 de Abril de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Lam Lon Wai